

# Apresentação

O conceito de patrimônio histórico e artístico já é corrente no Brasil, pelo menos desde a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que o definiu como *“o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação [é] do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”*. A essa definição somou-se, em fins da década de 1990, o conceito de “patrimônio imaterial”, que, de acordo com a legislação brasileira, envolve saberes, manifestações, lugares, formas de expressão e, em conformidade com a Conferência Geral da Unesco (2003), tradições orais e expressões, conhecimentos e práticas sobre a natureza e o universo, ritos e celebrações, artes visuais e performáticas, e ofícios tradicionais.

Surgiu, assim, a ideia de “patrimônio musical” – noção associada à de “patrimônio imaterial” –, que se refere às práticas e tradições musicais vivas de uma determinada comunidade ou região. Faltava, entretanto, um conceito que abarcasse a música escrita no passado e cuja conservação, estudo e divulgação também fossem de interesse público, tendo sido para isso propostos os termos “patrimônio histórico-musical” e “patrimônio arquivístico-musical”. O segundo deles, tema do VI Encontro de Musicologia Histórica em Juiz de Fora no ano de 2004, refere-se à música, impressa ou manuscrita, acumulada em museus, arquivos e bibliotecas, que se tornou de domínio público, decorrido setenta anos ou mais do falecimento de seus autores, de acordo com a atual lei brasileira dos direitos autorais.

Em geral, considera-se como patrimônio uma herança das gerações passadas, privilegiando-se, portanto, seu usufruto. Mais difícil de considerar é a noção de que patrimônio acarreta, além do seu benefício, uma inevitável responsabilidade de conservação e disponibilização, sem a qual esse bem perde seu significado de herança coletiva, ficando sua importância restrita aos mantenedores dos acervos musicais e a um pequeno círculo acadêmico.

O Governo de Minas Gerais, por intermédio de sua Secretaria de Cultura, reconhece o privilégio e a responsabilidade de difundir um patrimônio arquivístico-musical de extraordinária relevância, através desta série editorial. Cada um dos três primeiros volumes de partituras é dedicado à música e à cidade natal de um compositor mineiro. As edições foram baseadas na pesquisa de fontes em não menos do que dezesseis repositórios musicais nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Este amplo levantamento já representa uma importante inovação metodológica, uma vez que a maior parte das edições de música antiga brasileira até hoje realizadas levou em consideração fontes originárias de um único ou de poucos acervos, nem sempre avaliando as variantes entre os distintos manuscritos conhecidos de cada obra.

Já existem iniciativas similares no Brasil, mas esta é a primeira vez que uma Secretaria de Estado de Cultura lança uma série editorial dedicada ao patrimônio arquivístico-musical dos séculos XVIII e XIX. Este conjunto é valorizado pela metodologia refinada e pela importância do repertório aqui impresso; seus três primeiros volumes trazem composições de José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita (1746?-1805), Jerônimo de Sousa (fl.1721-1826) e Francisco Valle (1869-1906), este último um autor cujo ressurgimento se deve ao presente projeto. A grande maioria das dezesseis composições publicadas nestes três primeiros volumes é totalmente inédita, havendo apenas dois casos de obras anteriormente impressas, porém em publicações bastante antigas e veiculando versões bem diferentes das que foram aqui editadas.

A divulgação simultânea das partituras completas e das partes vocais e instrumentais em formato impresso e em CD-ROM é inovadora e garantirá sua máxima difusão no país e no exterior, conferindo-lhes o reconhecimento que merecem e facilitando seu estudo acadêmico e sua inclusão no repertório dos grupos musicais de todo o mundo.

É com muita satisfação e orgulho que a Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais torna disponível ao público este tesouro do nosso patrimônio artístico.

*Eleonora Santa Rosa*  
Secretária de Estado de Cultura de Minas Gerais